

As representações sociais produzidas sobre a homossexualidade em luta travada durante as eleições de 2014 no Brasil

The social representations produced on homosexuality waged during the 2014 elections in Brazil

Las representaciones sociales producidas sobre la homosexualidad en lucha trabada durante las elecciones de 2014 en Brasil

Luiz Pedro Passos da Cruz
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)
e-mail: luizppc89@gmail.com

Marcus Antônio Assis Lima
Professor Titular vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Educação, Cultura e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)
e-mail: malima@uesb.edu.br

Resumo

Este estudo tem de determinar as representações sociais sobre a homossexualidade e os princípios de divisão do mundo evocados por Jean Wyllys e Silas Malafaia no Twitter a partir dos discursos produzidos na luta travada pelos agentes durante as eleições de 2014, pela manutenção ou retirada dos itens que tratavam sobre os direitos civis dos homossexuais do programa de governo da então candidata a presidente do Brasil pelo PSB, Marina Silva. Pretende-se, assim, perceber as antíteses opositoras clássicas que emergem nos enunciados de forma a fazer com que o auditório veja e creia de um jeito que não de outro.

Palavras-Chave: *Representações Sociais; Ethos; Campo Político.*

Abstract

This study has to determine the social representations about homosexuality and the principles of division of the world evoked by Jean Wyllys and Silas Malafaia on Twitter from the speeches produced in the struggle waged by the agents during the 2014 elections for the maintenance or withdrawal of items which dealt with the civil rights of homosexuals in the government program of PSB's then-presidential candidate, Marina Silva. It is intended, therefore, to perceive the classical opposition antitheses that emerge in the statements so as to make the audience see and believe in one way than in another.

Keywords: *Social Representations; Ethos; Political Field.*

Palabras clave: *Representaciones Sociales; Ethos; Campo Político.*

Introdução

No dia 29 de agosto de 2014, Marina Silva, então candidata a presidente do Brasil pelo PSB, enviou para a imprensa o seu programa de governo. No texto de 242 páginas, Marina prometeu reconhecer os direitos dos LGBTs. Porém, após críticas realizadas pelo pastor Silas Malafaia, através do *Twitter*, Marina revisou vários pontos do texto. O deputado federal Jean Wyllys afirmou no *Twitter* que Marina Silva tomou essa decisão por pressão de Silas Malafaia, após o pastor usar as redes sociais para criticar a candidata e seu programa de governo.

A assessoria da campanha do PSB informou em nota que o texto divulgado no dia 29 de agosto de 2014 não retratava a fidelidade dos resultados das discussões internas realizadas durante o processo de criação do documento. Alegou ainda uma “falha no processo de editoração” da versão divulgada¹.

As discussões feitas anteriormente apresentam o contexto da luta política no qual esta pesquisa está embasada. Temos em campos opostos o deputado federal Jean Wyllys e o Pastor Silas Malafaia. Entre a dupla, aparece a então candidata a presidente, Marina Silva. A disputa travada e o troféu almejado por ambos era a manutenção ou retirada dos direitos civis dos homossexuais do programa de governo divulgado pela candidata do PSB.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as representações e divisões do mundo social suscitadas por Jean Wyllys e Silas Malafaia através do discurso construído no *Twitter* durante a luta política anteriormente descrita. Além disso, pretende-se mostrar o *ethos* invocado pelos dois agentes no discurso.

Assim como Amossy (2016), no livro “Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*”, nos apoiamos em um quadro de análise argumentativa próxima da análise do discurso em que estão em jogo os poderes da interação verbal, articulado ao *ethos* em uma dimensão discursiva e institucional (AMOSSY, 2016, P.143).

1. A luta política

Bourdieu (2011) entende o campo político como um microcosmo, “um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (p.195), cujo objetivo nas lutas travadas é justamente o de “transformar as relações de forças que confere a este campo a sua estrutura em um dado momento” (BOURDIEU, 2001, P.164).

¹ Informação extraída do site oficial de Marina Silva. Disponível em: <http://marinasilva.org.br/nota-de-esclarecimento-sobre-o-capitulo-lgbt-programa-de-governo-da-coligacao-unidos-pelo-brasil/>. Acesso em 30 de junho de 2016.

O campo político é o responsável pelo monopólio da elaboração e da difusão dos princípios de divisão: irá contribuir para a legitimação do mundo social, bem como para a mobilização de grupos em torno destes grupos. Wilson Gomes (1999) enfatiza o mesmo que o sociólogo francês ao determinar as funções cabíveis a este campo, tais como a elaboração de programas, discursos, leis, mas, além disso, as interpretações do mundo social, apresentadas para consumo e escolha da esfera civil.

Ao tratar da luta política, Bourdieu (2004) diz que ela é essencialmente polarizada e simbólica. Os profissionais na arena se dividem com dois objetivos: a) conservar ou transformar o mundo social, ou seja, a realidade dos cidadãos através dos investimentos em políticas públicas de educação, saúde, geração de emprego e renda, etc.; b) conservar ou transformar a visão do mundo social e os princípios de divisões estabelecidas entre as classes (BOURDIEU, 2004).

A luta política é uma luta pelo poder simbólico “de fazer ver ou fazer crer..., que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos” (BOURDIEU, 2004, P.174). São lutas que serão conduzidas por excelência pelos partidos ou organizações de combate, atuando para mobilizar o maior número de pessoas com a mesma visão de mundo e depois a conquista de postos, que podem ser de poder ou não, “capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários” (p.174). “A produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder” (p.175).

Bourdieu (2001) é enfático ao dizer que a cada princípio de divisão uma estrutura social será determinada. “Eles são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideia absolutamente particular, a saber, as ideias-forças, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização” (p.203).

Bourdieu (2003) percebe a política também como um teatro que representa a estrutura do mundo social. Na plateia, teremos as lutas de classes que exercerão pressão externa para que os políticos no palco os representem. O político, ouvindo esse clamor, fará esse papel.

Bourdieu diz que independente de toda teatralização, quanto mais a tomada de posição do político for ao encontro de sua base eleitoral, melhor. No entanto, esclarece que a tomada de posição sempre vai depender da concorrência (demais políticos e partidos).

2. Diferentes perspectivas sobre o *ethos* discursivo

“Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (AMOSSY, 2016, p.9). Assim sendo, o discurso tem uma função ativa sobre o auditório, na

medida em que ele contribui para a produção de uma imagem daquele que o emite. De acordo com Amossy (2016), a construção dessa imagem que retratamos pode ocorrer de forma deliberada ou não. Esse processo, conceitualmente, é chamado de *ethos*.

Vê-se, desta forma, que o *ethos* está estreitamente ligado ao ato de enunciação (MAINGUENEAU, 2016). E, como já determinado em outras passagens, também aos traços de caráter. Através do discurso, o orador deve mostrar os seus traços de caráter, podendo agir de forma sincera ou não, com o intuito de causar uma boa impressão (BARTHES, 2016). Embora associado ao locutor, o *ethos* não diz respeito aos atributos “reais” do locutor (MAINGUENEAU, 2006, P.14): “O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, ele diz: eu sou isto, eu não sou aquilo”. É importante ressaltar, contudo, como sublinha Maingueneau (2016), que o *ethos* se mostra, ele não é dito.

Quando Maingueneau (2006) diz que o *ethos* tem ligação direta com o ato de enunciação, ele imediatamente faz uma ressalva objetivando não ignorar o público e as representações que este já possui do enunciador antes mesmo da emissão da palavra. É o que ele chama de *ethos* pré-discursivo, enquanto autores como Amossy, Galit Haddad chamam de *ethos* prévio. Charaudeau (2013) fala de *ethos* construído e *ethos* pré-construído.

Até agora, na maior parte do tempo, tratamos o *ethos* em uma perspectiva que privilegiou a dimensão oral do conceito. Mas o *ethos* não se limita à análise dos discursos emitidos oralmente. Maingueneau (2016) avançou e reformulou o sentido do *ethos*. Longe de querer limitá-lo à eloquência judiciária ou a própria oralidade, o teórico propõe que qualquer discurso escrito possui uma vocalidade específica que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse. O termo, desta forma, na visão de Maingueneau (2016), tem a vantagem de valer tanto para o oral quanto para o escrito.

O universo de sentido do discurso, em Maingueneau (2006), não se limita ao *ethos*, mas se impõe também pela doutrina. As ideias, segundo ele, se apresentam por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, logo vinculada a uma participação imaginária em um vivido. A maneira de dizer e ser, para persuadir o auditório social, precisa, antes de qualquer coisa, ter identificação com as maneiras de ser do leitor ou com “a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados” (p. 73).

3. *Ethos*, estereótipo e a construção, representação e divisão do mundo social

Observando os postulados tratados ao longo do percurso sobre o *ethos*, dando especial atenção ao que prega Amossy, notamos que o *ethos* é uma construção social,

arquitetado em torno das trocas realizadas entre o locutor e o auditório. Os elementos que atuam nessa frente de trabalho são originários de representações partilhadas por ambos os participantes do processo e recebem o nome de estereótipo, na concepção de Amossy (2016). É o estereótipo o responsável por estabelecer o *ethos* do locutor perante o público.

Os modelos culturais existentes, chamados de estereótipos por Amossy (2016), e as representações sociais que imperam no mundo, segundo Bourdieu (2004), agem na construção do *ethos*, mas não somente. Ao se apresentarem por meio do *ethos*, esses modelos e representações, vão agir no trabalho de construção do mundo social.

O estereótipo, para Amossy (2016), é uma “operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (p. 125). Ou seja, podemos entender o estereótipo como um real exteriorizado em forma de representações coletivamente já registradas por um conjunto de pessoas. O processo de estereotipagem é inicialmente interiorizado pelos indivíduos e posteriormente exteriorizado a partir de representações.

Essas categorias de representação já são conhecidas pela comunidade e ao serem difundidas pelos indivíduos, estes passarão pelo crivo da população, que os avaliam e os classificam de acordo com os modelos de estereotipagem. No caso de figuras públicas, como os políticos, a percepção da imagem será forjada pela mídia (AMOSSY, 2016). O público entenderá os agentes, o grupo de representação e a *doxa*, ancorado pelo estereótipo, que aciona os modos de raciocínio e realiza essa espécie de peneira. Do outro lado, o locutor construirá seu discurso e imagem relacionando com as categorias próprias do seu grupo de representação.

Nesse sentido, ao tratarmos da luta política, consideramos ser fundamental que os agentes saibam perfeitamente construir e se adaptar ao seu grupo de representação. No entanto, amparados por Bourdieu (2004), consideramos que tal conhecimento ainda diz muito pouco para a obtenção do êxito na luta política. Além de conhecer o seu grupo de representação para atender os interesses dos representados e adequar as decisões, o agente, dentro da estrutura do campo, precisa conhecer o sistema de tomadas de posição em concorrência pelos grupos antagonistas. As disputas travadas no campo político devem ser entendidas relacionadamente, a partir das posições, oposições, polos e distinções. Em resumo, na luta política, além de conhecer o seu grupo de representação, é preciso conhecer o seu grupo de oposição.

Neste percurso de construção, representação e divisão do mundo social, o discurso terá lugar privilegiado, pois, através dele também, o locutor apresentará os esquemas

coletivos que crê interiorizados em seu auditório, mas que também, na lógica de Bourdieu (2004), fazem o público ver e acreditar de um modo em detrimento de outro.

Como já situamos, os agentes tendem a construir suas imagens de acordo o conjunto de estereótipos disponíveis no público ao qual pretende atingir. Acrescentamos que, ao mesmo tempo em que esses esquemas coletivos moldam os agentes, ao serem representados, irão moldar o mundo. Ou seja, os agentes dão uma contribuição importante para a construção do mundo, “por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo social ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social” (BOURDIEU, 2004, P. 139).

Assim como Amossy (2016), Bourdieu (2004) vê as categorias de percepção, que são os esquemas coletivos, como produtos de incorporação das estruturas objetivas do espaço social e exatamente presentes na consciência como categorias que ajudam a explicar as relações de força no mundo social.

Dissemos que na luta política é importante que os agentes conheçam os seus grupos de representação, mas conheçam e reconheçam também os grupos de oposição. Desta forma, é possível conhecer as tomadas de posição e, além dela, as categorias que dividem a luta entre aqueles que querem “conservar ou transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (BOURDIEU, 2001, P. 142). A luta política impõe assim um trabalho de categorização, classificação e de divisão do mundo.

4. Uma análise interdisciplinar

Assim como a autora, no livro “Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*”, nós nos apoiamos em um quadro de análise argumentativa próxima da análise do discurso em que estão em jogo os poderes da interação verbal, articulado ao *ethos* em uma dimensão discursiva e institucional (AMOSSY, 2016, P.143).

Em sua abordagem, Amossy (2016) leva em consideração três instâncias: “a posição assumida de forma implícita pelo ser empírico no campo; a imagem preexistente do locutor ou *ethos* pré-discursivo; a imagem construída no discursivo ou *ethos* propriamente dito” (p.142). Deste mesmo modo, propomos então, neste estudo, um encontro de várias disciplinas, passando pela retórica, a pragmática e a sociologia dos campos.

Como vimos nas primeiras linhas do estudo, o campo é um espaço conflituoso, marcado por lutas e disputas, sendo a academia um exemplo importante e concreto do que diz Bourdieu em seus escritos. A opção por lembrar essa condição dos campos sociais se dá

para chamarmos a atenção quanto ao embate suscitado pelos performativos e sociólogos no que diz respeito à eficácia do discurso e a autoridade do locutor.

De um lado, temos Austin (1982) e a crença que a força ilocutória está ligada aos atos de linguagem. Do outro, Bourdieu vai se opor ao postulado ao afirmar que existe um poder exterior ao verbo, em que a ação exercida pelo orador em seu auditório não provém da linguagem, mas sim do fator social. Ou seja, o *ethos* enquanto construção da imagem de si independe do discurso. O que realmente irá interferir nesse sentido é a posição social e as possibilidades de acesso à palavra oficial ortodoxa, legítima, segundo o sociólogo francês. Bourdieu acredita que as trocas simbólicas não se reduzem às relações de pura comunicação. Abre-se, então, uma polêmica: o *ethos* é uma produção da língua ou da posição institucional? (AMOSSY, 2016).

Amossy (2016) responde a questão propondo uma intersecção. “Na realidade, o poder da palavra deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso” (p. 120). O discurso em si não tem autoridade alguma sobre o auditório se a pessoa que o pronuncia não tiver legitimidade perante o grupo. Usando as terminologias que consubstanciam os tratados de Bourdieu, a pessoa só tem legitimidade de atuação dentro do jogo se ela for autorizada a participar do jogo.

Bourdieu acredita que o poder de agir sobre o outro depende do capital simbólico acumulado através do grupo ao qual o agente é ao mesmo tempo mandatário e procurador. Desta forma, o público deve reconhecer no locutor que este possui autoridade para proferir determinado discurso ou que este detém a eficácia simbólica das palavras, como denomina o sociólogo (AMOSSY, 2016).

A perspectiva metodológica apresentada por Amossy e que tomamos emprestado para elucidação dos dados desta investigação, é inspirada na nova retórica de Perelman. Concebendo “a argumentação como o conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu consentimento” (AMOSSY, 2016, P.123), Perelman, dentro do quadro comunicacional, estabelece uma importância ao auditório. Para ele, o diálogo entre o orador e o público deve ser construído levando-se em consideração valores, evidências e crenças, o que seria, nesse sentido, uma *doxa* partilhada por ambos. “É mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista” (p.124).

Nesse trabalho de reconhecimento de valores, Perelman indica um processo de construção do auditório através de uma troca interacional que permite ao orador e ao auditório construírem a imagem que um faz do outro. Tal processo será de extrema

importância para a eficácia do discurso, sem deixar, no entanto, de reconhecer a questão da autoridade do locutor nesse jogo de troca interacional.

O discurso é parte constituinte importante dessa imbricação. Por isso, é importante compreender como este age para impor as relações de forças presentes no consciente das pessoas em forma de categorias de percepção e, além disso, como participa da luta pela imposição da visão legítima do mundo.

Logo, a intenção com este estudo é o de determinar quais princípios de divisão do mundo são evocados por Jean Wyllys e Silas Malafaia no *Twitter* a partir dos discursos produzidos na luta em destaque nesta investigação, percebendo as antíteses opositoras clássicas que emergem nos enunciados de forma a fazer com que o auditório veja e creia de um jeito que não de outro.

4.1. Silas Malafaia: a homossexualidade pela ótica cristã

Ao se posicionar a respeito do programa de governo da então candidata a presidente pelo PSB nas eleições de 2014, Marina Silva, o pastor Silas Malafaia, como observamos, utiliza da estratégia da desqualificação. A escolha do líder religioso fica evidente no *Twitter* em que Malafaia classifica o apoio dado pelo partido à causa LGBT como “descarada” e ao definir o casamento gay e a adoção de crianças por casais homoafetivos como algo vergonhoso.

Em outra postagem, Malafaia chama a atenção de Marina e dos seguidores ao apelar para os valores cristãos, por um tipo ideal de estilo de comportamento que não pode estar desassociado das demais áreas da vida.

(Malafaia, S.): “Cristianismo não é religião, é estilo de vida, conduta em todos os aspectos da vida, na política, trabalho, educação, relações sociais e etc...” (30 de agosto de 2014. *Twitter*: @PastorMalafaia Disponível em: <https://Twitter.com/pastormalafaia/status/505725649425006592>). Acesso em 20 de julho de 2016.

Como percebemos, Malafaia desqualifica o programa de governo do PSB e a então presidenciável, a partir do discurso, e faz também uma apresentação da imagem de si, que, em um primeiro momento, nos induz a acreditar na construção da figura de porta-voz do seu grupo, com autoridade para tomar a palavra e definir as bandeiras de defesa, por ser habilitado pelo próprio público. Mas que possui também um poder transcendental, mítico, uma vez que sendo pastor é identificado como o representante de Deus na terra, sendo assim, não é mais o porta-voz de um grupo situado na ordem terrena. É um porta-voz divino.

Em seu empreendimento, Malafaia realiza um trabalho sobre a *doxa*, ou seja, sobre o conjunto de valores e crenças partilhados pelo auditório visado no discurso, o que ficará visível na transcrição das próximas mensagens deixadas pelo pastor na rede social. A postagem tem a finalidade de provocar a anuência e a adesão às premissas e, por conseguinte, promover a mobilização na rede. Sabiamente, ao conclamar os valores cristãos, Malafaia não somente requer o apoio dos fieis ligados às denominações evangélicas, mas opera para que até os católicos que se identificam com os dogmas entrem na luta.

No embate com Jean Wyllys pela retirada ou manutenção dos temas que tratam de leis e políticas públicas a favor da população LGBT, Malafaia atravessa o campo político, se coloca em luta, a fim de defender a *doxa* fundamentada no campo religioso. Retirar os itens e não promover avanços importantes na forma de tratamento em relação a esse público é preservar a ordem estável das coisas, tradicionalmente enraizada, divinamente estabelecida, socialmente naturalizada e que não deve ser questionada na ótica do pastor. Deste modo, Malafaia se apresenta como um defensor da *doxa*.

Em outro tuíte, Malafaia chama a atenção para as crenças partilhadas pelos cristãos e interpela diretamente a candidata Marina Silva: “Aqui está a questão, Marina defende a ideologia do seu partido ou a sua fé. Quero aguardar o seu pronunciamento para me posicionar”. Assim sendo, Malafaia se coloca, novamente, como defensor intransigente dos verdadeiros princípios espirituais e morais contidos na bíblia e por ele pregados. Um homem que doutrina seu auditório ao apresentar o caminho da fé verdadeira, o modelo de vida ideal que deve ser aplicado em todas as circunstâncias e que não é algo negociável, como fica evidente. Valores que se seguidos podem deixar o ouvinte mais próximo de Deus, na concepção do pastor.

Porém, nesta passagem, Malafaia parece encarar Marina como aquela que nega a sua fé, despreza as verdades bíblicas, desobedece as leis cristãs e que, portanto, tende a colocar os interesses do seu partido acima da fé divina. Nessas condições, é encarada como uma herege.

Por outro lado, ainda que as leis sugeridas pelo PSB no programa de governo não tivessem o intuito de mudar as celebrações matrimoniais nas instituições religiosas, o programa de governo, sob o ponto de vista de Malafaia, também pode ser encarado como uma heresia por contraverter, indiretamente, a *doxa* instalada no campo religioso, por intermédio do campo político.

Para ilustrar a conclusão acima sobre o governo, observemos os termos utilizados pelo pastor para classificar o documento no que tange ao apoio à pauta quando ele diz:

“apoia descaradamente o casamento gay”... E “é uma vergonha que prevê casamento (entre pessoas do mesmo sexo) e adoção de crianças”. Exercendo pressão sob a candidata do PSB, Malafaia indica outro atributo ao programa: “Até segunda eu espero um posicionamento de Marina sobre o lixo moral do Pgm de Gov do PSB para favorecer a causa gay” (sic).

Indiretamente, é possível reconhecer nas marcas deixadas em suas postagens a presença dos postulados bíblicos sobre a homossexualidade, como exemplificamos a seguir: “Deus criou o sexo para ser feito apenas entre um homem e uma mulher, e apenas se forem casados” (Gênesis 1:27, 28). As Sagradas Escrituras condenam o que nomeia de fornicação, seja entre pessoas do mesmo sexo ou entre pessoas de sexos diferentes: “Fujam da imoralidade sexual. Todos os outros pecados que alguém comete, fora do corpo os comete; mas quem peca sexualmente, peca contra o seu próprio corpo” (1 Coríntios 6:18). “Não se deite com um homem como quem se deita com uma mulher; é repugnante” (Levíticos 18-22).

Como vergonha, descação ou imoralidade, a homossexualidade e o casamento entre pessoas do mesmo sexo são vistos na bíblia como pecado da carne, algo repugnante e assim, portanto, práticas condenáveis. Deste modo, o pastor Silas Malafaia, além de se apresentar como defensor intransigente, coloca-se ainda como autoridade responsável por observar as regras das sagradas escrituras e por apelar para o seu cumprimento.

Em nossa análise, feita de forma relacional e concorrencial, Wyllys e Malafaia ocupam espaços em blocos antagônicos. Enquanto o segundo defende um conjunto de valores e princípios próprios do campo religioso, o primeiro se posiciona em oposição a este, tomando para si a representação do grupo LGBT. Logo, o deputado federal também contraria a doutrina cristã. Dentro daquilo que acredita Malafaia, Wyllys é um herege, com disposição para transformar os esquemas encarados como naturais.

Assim, vemos constituir representações e divisões do mundo social a partir da luta travada por Wyllys e Malafaia no *Twitter*. Em campos opostos, o defensor da *doxa* e o *herege*. Ou melhor dizendo, está instituída a clássica luta entre o sagrado e o profano. O sagrado representando pelo pastor Silas Malafaia, que toma para si a autoridade de falar em nome de Deus, e Jean Wyllys, que defende temas considerados tabus e aberrações para os cristãos, a exemplo do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

De acordo com Bourdieu (2001), as divisões de mundo social são um produto histórico. De igual modo, a sacralidade do matrimônio entre um homem e uma mulher, como pregado pelo campo religioso, também o é. O casamento entre pessoas do sexo oposto é uma construção social que se naturalizou. O que ocorre fora desse quadro é anormal,

segundo a ótica cristã, responsável por ditar os comportamentos moralmente aceitos em nossa sociedade.

Se a sacralidade do enlace entre pessoas do mesmo sexo é uma construção social ou uma produção histórica, como quer Bourdieu (2001), logo é um estado possível de ser transformado, “de modo mais ou menos difícil, pela história” (BOURDIEU, 2004, P. 157). É Exatamente o que requer Wyllys ao se decidir pela manutenção do programa de governo do PSB como foi inicialmente divulgado.

No entanto, “os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social” (BOURDIEU, 2004, P. 152). Lembremos que o deputado federal, por mais que possua meios de produção simbólica e cultural, podendo ser feito através do *Twitter* mesmo, trava uma disputa contra um pastor evangélico e contra preceitos cristãos. O Brasil é o segundo maior país cristão do mundo, atrás apenas dos EUA. Cerca de 175 milhões de brasileiros se declaram seguidores de Jesus². Podemos entender que uma nova homologia nasce desse confronto, dominados e dominantes. O próprio Silas Malafaia em um tuíte parece subentender essa visão dualista: “Avisa ao Jean Wyllys: Marina não recuou por causa dos meus tuítes e sim devido à pressão dos cristãos, que são maioria no Brasil”.

Quando falamos da clássica luta entre o sagrado e o profano, queremos dizer que em outros tempos e situações, já ocorreram episódios semelhantes como este que compõe o nosso estudo. O pastor Silas Malafaia, um dos nossos personagens principais, ao que tudo indica toma a história de outros líderes religiosos como inspiração, a exemplo dos televangelistas americanos (GOMES, 2010). Igualmente a estes, Malafaia usa a mídia como instrumento de transmissão da fé, contra o liberalismo e a desorientação social, mas também como espaço estratégico para a luta política.

Nos Estados Unidos, os meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão, eram encarados por evangelistas de dezenas de denominações religiosas como ferramentas para espalhar os ideais do que chamavam de reavivamento. Dentre eles, cita-se Qwight Moddy, Billy Sunday, Aimee Semple Ms. Pherson, Charles Fuller, Billy Graham e outros (GOMES, 2010). Os discursos produzidos por eles eram sempre compostos por uma boa dose de fundamentalismo religioso e conservadorismo.

² Pesquisa realizada pelo Instituto PewResearch Center. Informação extraída do site Gospel Mais. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/brasil-maior-pais-cristao-mundo-eua-81014.html> Acesso em 31 de julho de 2017.

Nota-se que o pastor Silas Malafaia se apresenta do mesmo modo, como um homem de posições conservadoras e crente na interpretação literal do livro sagrado. Outras características deste movimento norte-americano são semelhantes às usadas por Malafaia, como podemos observar ao analisar os tuítes. As mensagens exaltam o modelo tradicional de família, pela moralidade pessoal, além de fazer apologia aos valores cristãos mais conservadores.

Em nossa concepção, o *microblog* é uma das ferramentas ideais para que o líder religioso empreenda uma espécie de cruzada tecnomidiática contra os homossexuais, exatamente como outros evangelistas fizeram nos EUA com o apoio dos meios tradicionais de comunicação. Nos dois movimentos, os líderes religiosos avançaram para além dos muros dos seus templos, atingindo pessoas e lares através das redes ou dos meios, dinamizando a prática da evangelização, mas, sobretudo, amparando-se na mídia como instrumento de luta e mobilização.

Um dos casos mais emblemáticos, que exemplifica as ações contra as minorias, o pecado e a favor dos valores cristãos nos EUA, ocorreu com o pastor James Robson em 1970. Robson dirigiu uma verdadeira cruzada contra os homossexuais em uma emissora de televisão de Dallas. Por conta dos ataques feitos ao grupo, o programa apresentado pelo religioso foi retirado do ar. O pastor acreditava que “todos os males da sociedade americana estão relacionados com a falta do poder de Deus nas pessoas” (GOMES, 2010, P. 77).

Os televangelistas americanos e o pastor Silas Malafaia, objeto do nosso estudo, trabalham ainda em uma perspectiva maniqueísta, típica da visão cristã, em que se colocam como juízes de um tribunal marcado por uma intrínseca relação com a moral, o que estimula a divisão entre o bem e o mal, o céu e o inferno. A homossexualidade, neste aspecto, é vista como algo maligno, um ataque aos costumes cristãos, assim como aqueles que possuem tal orientação e, portanto, deve ser combatida. Do outro lado, o comportamento perfeitamente desejável é aquele embasado nos valores pregados pelo cristianismo e, portanto, estes, segundo as escrituras, serão salvos, verão e alcançarão a glória do céu.

De acordo com Marilena Chauí (2000), toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e o mal, ao permitido e ao proibido. Nesse sentido, caberá a relação estabelecida com determinadas instituições, como a família e a Igreja, por exemplo, que moldará nossas ações, nossos comportamentos, nossa conduta.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento da moral cristã se dá justamente com o surgimento da Bíblia Sagrada, livro em que a lei divina é revelada para que os indivíduos obedeçam obrigatoriamente e sem exceção. No antigo ou no novo testamento, Deus

manifesta a sua vontade aos seres humanos e define, dentre outras categorias, o bem e o mal (CHAUÍ, 2000). Na bíblia, encontramos a origem dos costumes dos cristãos, a qual deve ser obedecida por se tratar de uma ordem divina e, portanto, sagrada, conforme os seguidores de Cristo. O bem é, assim, a obediência a Deus, enquanto o mal é a submissão à tentação demoníaca (CHAUÍ, 2000).

Notamos, anteriormente, que em várias passagens o pastor Silas Malafaia faz remissão à bíblia para tratar da homossexualidade. O líder religioso age igualmente quando quer tratar dos costumes próprios que devem ser seguidos pelos cristãos e que estão dispostos nos livros sagrados. Quando ele diz “Cristianismo é estilo de vida”, podemos elencar uma série de passagens que se preocupam com os “bons costumes”, a exemplo: (Lucas 1:9; 2:42; 22:39; João 19:40; Atos 6:14; 15:1; 16:21; 21:21; 25:16; 26:3; 28:17; Hebreus 10:25). Assim é também no trecho bíblico a seguir: “as más conversações corrompem os bons costumes” (I CORÍNTIOS, 15,33)³.

Ao resguardar a *doxa* do campo religioso e interpelar Marina Silva para que assuma a sua fé e retire do programa de governo os itens que tratam sobre os direitos civis dos homossexuais, o pastor o faz, também, conforme os costumes cristãos e em entendimento com o que prega as sagradas escrituras. Malafaia conclamou a presidenciável a sair do muro e fazer sua escolha (APOCALIPSE 3, 15-16).

Segundo a moral cristã, aqueles que não se conformam com as coisas deste mundo, que são convertidos e assumem a sua fé, serão recompensados, como já foi dito aqui, com a salvação. Essa é a lógica cristã traduzida aos fiéis há mais de dois mil anos. A interpelação e as ameaças produzidas pelo pastor a Marina não são apenas para chamar atenção para sua conduta, mas para mostrar que a condenação da candidata pode ocorrer em dois níveis. No terreno, com a perda de um importante capital político, por ela estar se distanciando dos valores cristãos. E em uma dimensão sobrenatural, a perda do reino dos céus, por desobedecer a Cristo e não conseguir discernir a vontade de Deus para a humanidade. Chamemos atenção, então, para as seguintes passagens bíblicas: "Aquele que diz que está nele, também deve andar como ele andou." (1JO 2, 6). “Meu justo viverá pela fé, mas se voltar atrás não contará com a minha estima” (Hebreus, 10, 38). Desta forma, Marina não tem o direito de separar a verdadeira conduta cristã da atividade política. É por isso que Malafaia chama a sua atenção e, em uma posição de autoridade religiosa, pede de forma incisiva para que ela assuma a sua fé.

³ Informação disponível em <http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/28.htm> Acesso em 14 de outubro de 2017.

Lembre-mo-nos, contudo, que o estado brasileiro é laico, ou seja, a República Federativa do Brasil deve manter-se neutra em relação a confissões religiosas e o poder político distante e independente das instituições religiosas. Na prática deveria ser assim.

4.2. Jean Wyllys: um discurso pelos direitos humanos e a favor das minorias

Como verificamos até aqui, a partir dos tuítes de Silas Malafia, notamos que este assume representações coletivas valorizadas pelo campo religioso, que correspondem a *doxa*, ou seja, ao conjunto de valores que são ligados ao campo. No episódio em questão, esse conjunto de representações interiorizadas, é exteriorizado pelo pastor com o apoio de processos tecnomidiáticos contemporâneos.

De igual modo, Wyllys atua continuamente em torno do trabalho de fabricação de representações socialmente aceitas pela comunidade ao qual está ligado. O deputado, por se firmar em uma posição privilegiada dentro do campo político, tenta impor a sua visão de mundo legítima ao mesmo tempo em que deixa em evidência a visão de sua identidade social (BOURDIEU, 2004).

1. (Wyllys, J.): Vocês já imaginaram um candidato presidencial dizendo que é contra o direito dos negros ao casamento civil, mas apoiaria uma "lei de união de negros"? A nova política da Marina é tão velha que lembra os argumentos dos racistas americanos de meados do século XX. Contudo, o pior é que ela brincou com as esperanças de milhões de pessoas! E isso é cruel, Marina!

2. Bastaram quatro tuítes do pastor Malafia para que, em apenas 24 horas, a candidata se esquecesse dos compromissos de ontem, anunciados em um ato público transmitido por televisão, e desmentisse seu próprio programa de governo, impresso em cores e divulgado pelas redes. Marina também retirou do programa o compromisso com a aprovação da lei João Nery, a elaboração de materiais didáticos sobre diversidade sexual, a criminalização da homofobia e da transfobia e outras propostas. Só deixou frases bonitas, mas deletou todas as propostas realmente importantes. E ela ainda nem se elegeu! O que esperar então dela se eleita presidenta quando a bancada fundamentalista, a bancada ruralista e outros grupos de pressão começarem a condicionar o apoio a seu governo? Tem políticos que renunciam a seus compromissos de campanha e descumprem suas promessas depois de eleitos. Marina já fez isso mais de um mês antes do primeiro turno. Que medo!

3. Como todos sabem, minha candidata presidencial é Luciana Genro. Ela SEMPRE defendeu todos os direitos da comunidade LGBT e foi a primeira candidata na história do Brasil que teve a coragem de pautar esses temas no debate presidencial da Band. Contudo, ontem, quando consultado pela imprensa, apesar da minha desconfiança com relação à Marina, elogiei o programa apresentado pelo PSB (apenas no que dizia respeito aos direitos da população LGBT, já que discordo profundamente de muitas outras propostas neoliberais e regressivas nele contidas). Fiz isso porque acho que os posicionamentos corretos devem ser reconhecidos, mesmo que provenham de um/a adversário/a.

4. É com essa autoridade, de quem agiu de boa fé, que agora digo: Marina, você não merece a confiança do povo brasileiro! Você mentiu a todos nós e brincou com a esperança de milhões de pessoas. (30 de agosto. *Twitter*: @JeanWyllys. Disponível em: https://Twitter.com/jeanwyllys_real/status/505779676426809344. Acesso em 30 de junho de 2016).

Logo, no primeiro parágrafo do discurso, como foi possível observar, Wyllys apresenta os propósitos e a centralidade do produto da luta desenrolada na cena em questão e que perpassa todo o histórico do movimento LGBT, que é o reconhecimento dos seus direitos. Na passagem, ao resgatar as condições vivenciadas pelos negros norte-americanos durante a década de 1950 e, indiretamente, meio que conclamar uma comparação, o deputado expõe características específicas e particulares ao movimento LGBT, o que de certa forma explica as representações sociais e divisões sociais presentes na atividade discursiva.

Wyllys faz isso porque possui legitimidade para tal. Para ele, foi delegada a função de porta-voz do grupo LGBT ao ter sido eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, além disso, por conta ainda da sua orientação sexual, seu histórico de ativismo pelos direitos dos homossexuais, portanto, em decorrência de sua identidade social. “Porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem” (BOURDIEU, 2004, P. 158).

Desde as primeiras linhas, Wyllys faz sair do estado de indivíduos separados, todos aqueles que ele deseja representar; esses que dão ao deputado a permissão de agir e falar, através dele, como um só homem. Wyllys se assume pelo grupo, no ato de falar e agir, como se fosse o grupo feito homem (BOURDIEU, 2004): “Contudo, o pior é que ela brincou com as esperanças de milhões de pessoas! E isso é cruel, Marina!”. Esses milhões de pessoas que são identificados no discurso do deputado federal é que fazem com que Jean Wyllys seja identificado como deputado federal, mas antes disso, uma liderança a favor da causa LGBT. No último parágrafo da mensagem, ele volta a fazer uso do recurso: “Você mentiu a todos nós e brincou com a esperança de milhões de pessoas”.

Isso é o que Bourdieu (2004) chama de mistério do ministério, quando uma pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é.

“Um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral, etc.) que pode identificar e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc., ou com uma entidade social, a nação, o Estado, a Igreja, o Partido” (BOURDIEU, 2004, P. 158).

Podemos falar também na ideia de fetichismo, que são os produtos habitados na cabeça do homem dotados de vida própria. O fetichismo político reside na cabeça do homem em forma de carisma, de um encanto misterioso sem nome (BOURDIEU, 2004). Essa capacidade do sujeito, segundo o sociólogo francês, pode provocar um efeito de mobilização e manifestação.

Mas essa representação política é também capaz de produzir e reproduzir coisas sociais e, no exemplo de Jean Wyllys em relação ao pastor Silas Malafaia, é feito um trabalho contrário sobre coisas que crê o segundo. O primeiro pensa o real por meio de uma representação cultural preexistente no imaginário do movimento LGBT e, portanto, são esquemas já cristalizados nessa comunidade e rejeitados pelos fieis cristãos.

Ao observarmos a referência feita por Jean Wyllys às experiências passadas pelos negros norte-americanos e promover uma espécie de comparação com a realidade dos homossexuais brasileiros, o discurso produzido pelo deputado remete a uma série de dizeres e formulações que nos permite refletir sobre as representações sociais constituídas naquele processo de tomada de palavra.

No contexto americano, os negros eram os personagens marginalizados, separados dos cidadãos brancos dos espaços de convívio social. No contexto brasileiro, os homossexuais, quanto ao efeito de sentido produzido por Wyllys, ocupam esta posição. A separação, na cena em destaque, é feita pelo dispositivo legal, que não reconhece o direito do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Apesar de existir uma resolução expedida pelo STF, a prática não é assegurada pela Constituição.

Sendo assim, no discurso formulado por Wyllys temos os homossexuais apresentados como uma minoria sexual, impedida de ter acesso a bens materiais e simbólicos distribuídos pelo casamento civil; uma população segregada socialmente, discriminada em razão da sua orientação sexual, à margem de todas as garantias inerentes aos direitos humanos.

Wyllys quer dar a entender ainda que assim como os negros, os homossexuais são historicamente injustiçados, desprezados, alijados da sociedade do ponto de vista legal, social, que não possuem o devido reconhecimento por parte do estado e, no caso em questão, das instituições religiosas.

À margem da sociedade, a comunidade LGBT busca por fim com representações sociais que criam mecanismos de opressão, determinados tipos de violência física e simbólica. O próprio programa de governo da então candidata Marina Silva, em sua primeira versão, avança com propostas de leis e políticas de reconhecimento, superação e transformação da realidade deste grupo historicamente excluído. O documento, dentre outras coisas, cita a necessidade em se criar um compromisso pela aprovação da lei João Nery, com o objetivo de criminalizar a discriminação por orientação sexual; com a elaboração de materiais didáticos sobre a diversidade sexual, a criminalização da homofobia e da transfobia, dentre outras propostas. Mecanismos considerados como importantes por Wyllys, mas que foram excluídos pela presidenciável ao sofrer críticas de grupos religiosos, optando, em um

possível governo, por desproteger os LGBTs, socialmente vulneráveis dentro dos espaços de convivência e de participação política e cidadã.

Se de um lado, temos um discurso que entende a homossexualidade como uma prática pecaminosa, contrária aos preceitos cristãos, algo compreendido como uma maledicência, Wyllys formula um discurso a favor da homossexualidade amparado pelos direitos humanos, que condena todas as formas de discriminação (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Amparado pela Constituição Federal de 1988 que prega a promoção do bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, visível no inciso IV do artigo 3º do documento.

Defender o programa de governo de Marina Silva em sua primeira versão, para o deputado federal, é defender a superação de processos discriminatórios enraizados no país pela força das construções sociais historicamente difundidas sobre a sexualidade, com uma grande parcela de contribuição da religião. Discursivamente, a religião constrói e engendra o ser heterossexual e o ser homossexual, que é encarado como um lugar arriscado e perigoso (FOUCAULT, 2008).

Tentativamente, Jean Wyllys pretende transformar essas estruturas da sociedade, calcadas em princípios morais, o que gera conflito com lideranças ou grupos religiosos, que vão tomar para si a responsabilidade de defender a *doxa* do campo.

Essa guerra, ao qual nos referimos, entre a diversidade sexual e o cristianismo, segundo Furtado e Caldeira (2010), é secular, sendo sustentada de um lado pela Bíblia, como também constatamos. Em um país cristão, como o Brasil, falar em política de direitos humanos voltadas para os homossexuais é encarado como pecado.

Se Malafaia, no discurso em jogo, se define por suas posições conservadoras, autoritárias, próximas das pautas encabeçadas pela direita, Wyllys reveste seu discurso com a bandeira dos direitos humanos, em defesa das pessoas, em uma tradição libertária, alinhado às diretrizes formuladas pelo seu partido, o Psol, agremiação situada na esquerda do país. Sobre este aspecto, ressaltamos o que prega o partido em seu programa⁴.

Libertário, com visão progressista, defensor dos direitos humanos, o deputado federal Jean Wyllys se apresenta como um verdadeiro aliado da população LGBT, companheiro que não foge à luta, um militante engajado, que por conhecer o peso das experiências vividas por essa minoria sexual, sofre e compartilha dos seus dramas, ficando evidente na passagem em

⁴ “A luta pelo socialismo é também a luta contra todas as opressões, injustiças e barbáries cotidianas.” Trecho retirado do site do Psol. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/>. Acesso em 1º de outubro de 2017.

que ele classifica o tratamento dispensado pela candidata Marina Silva à sua comunidade de representação como cruel.

Mas, ao mesmo tempo, no discurso formulado nas redes sociais, revela-se um político livre, sem amarras, ao projetar um possível governo de Marina Silva e sua relação com os grupos de pressão das bancadas ruralistas e fundamentalistas. Um deputado que não compactua com os conchavos e os jogos de interesses travados na esfera parlamentar com os políticos representantes desses grupos.

Considerações Finais: O mundo dividido pelas ideias

Ao pegarmos os livros de história ou navegarmos pela internet com a finalidade de descobrirmos um pouco mais sobre as relações produzidas entre os indivíduos e a sociedade ou as relações estabelecidas entre os próprios indivíduos, percebemos que em todos os tempos, em todas as civilizações, em todos os grupos, independente da língua, origem ou situação social, o conflito está sempre dando o tom dos acontecimentos.

Como requeremos neste trabalho, nós não podemos pensar os conflitos sem pensar nas ideias que o formam, ou melhor, nas representações sociais, na lógica de Bourdieu, que divide o mundo em dois polos, carregados de força simbólica, pontos de vista, etc. Representações que moldam o mundo, moldam o sujeito, moldam a imagem que o sujeito defende e moldam a imagem que o público faz desse sujeito ou vice-versa. A luta travada por Jean Wyllys e Silas Malafaia é assim. É também uma luta pela produção e imposição da visão de mundo legítima, operada a partir da linguagem e através da posição institucional ocupada pelos agentes na disputa.

Luta, tensão e representação que dividem o mundo em dois: Entre aqueles que são contra ou favor dos direitos civis dos homossexuais ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo (BOURDIEU, 2001); entre o sagrado e o profano; o bem e o mal; ortodoxos e hereges; conservadores e progressistas, direita e esquerda.

Nesse processo de modulação do sujeito, no quadro de análise desse estudo, podemos verificar se os agentes confirmaram, reelaboraram ou transformaram as imagens de si, entendendo que no discurso político os enunciados são associados a um *ethos* que pode ser confirmado ou infirmado a depender do projeto argumentativo (AMOSSY, 2016).

Para o alcance desse objetivo, não podemos ignorar a imagem prévia que o público possui dos agentes em questão, por sabermos que eles estão sempre presentes na cena midiática e,

deste modo, concluímos que, na luta travada dentro do projeto argumentativo, Malafaia e Wyllys confirmaram o *ethos* conhecido e atribuído a cada um deles.

Bibliografia

- AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2016.
- BÍBLIA, Português. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. In *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp 193-216.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.
- BOURDIEU, Pierre *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (1988, 5 de outubro). Senado Federal. Diário Oficial da União. Seção I.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. (1948, 10 de dezembro). Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em 1º de outubro de 2017.
- FURTADO, M. C. S & CALDEIRA, A. C. G. Cristianismo e diversidade sexual: conflitos e mudanças [Trabalho completo]. In *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9* (pp. 1-10). Florianópolis: UFSC, 2010.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo, Paulus, 2004.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Da Igreja eletrônica à sociedade em midiatização*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: *Imagens de si no discurso – a construção do ethos* (org.: Ruth Amossy). 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2016.